

Doutoramento *Honoris Causa* de Manuel Jacinto Nunes

25 de Maio de 2002

Elogio do Apresentante: Vítor Manuel Ribeiro Constâncio

*Maria Manuel de Lemos Leitão Marques*

Magnífico Reitor

Ilustres Autoridades Académicas, Civis e Militares

Senhores Professores e Assistentes

Senhores Investigadores

Senhores Estudantes

Senhores Funcionários

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Manuel Jacinto Nunes vai dentro em pouco pedir ao Magnífico Reitor a imposição da láurea doutoral pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Apresenta-o e afiança-o no seu pedido Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

Os pontos de contacto entre o percurso profissional de ambos justificam por si só e tornam quase natural a relação que hoje aqui se estabelece. Estudaram e foram alunos brilhantes da mesma escola superior - o ISCEF, actual ISEG, de Lisboa -, onde começaram a dar aulas; ambos dirigiram o Ministério das Finanças; e por mais do que uma vez um e outro governaram o Banco de Portugal; os dois passaram ainda pela banca comercial.

Manuel Jacinto Nunes, cuja obra hoje homenageamos nesta cerimónia, tem sido um académico em todas as dimensões. É autor de numerosas publicações, em livros, artigos científicos e comunicações, dispersas por temáticas económicas que vão desde as questões do desenvolvimento e da política orçamental e monetária, às teorias e pensamento keynesiano, passando pela integração e pela construção da União Europeia e, mais recentemente, pelas questões metodológicas. O Académico foi também divulgador, dirigindo a colecção “Estudos de Economia Moderna” e “História do Pensamento Económico Português”. Professor em várias Escolas da Universidade Técnica de Lisboa, sem esquecer a sua, de que foi Director, Presidente da Academia de Ciências de Lisboa e membro da *American Economic Association*, Jacinto Nunes dirigiu ou colaborou ainda em vários organismos de avaliação do ensino superior.

A sua carreira profissional é ainda mais plurifacetada. Para além de outros importantes cargos públicos ou privados, foi Subsecretário de Estado do Tesouro, em 1955, Procurador à Câmara Corporativa, em 1962, Presidente da Caixa Geral

de Depósitos, em 1976, Ministro das Finanças e do Plano, em 1978, e por três vezes Governador do Banco de Portugal.

Numa delas, precisamente em 1975, levou consigo Vítor Constâncio para Director do Departamento de Estatística e de Estudos Económicos.

Vítor Constâncio, que hoje aqui o apresenta, tinha então deixado o Governo, onde foi Secretário de Estado do Planeamento, nos dois primeiros Governos Provisórios. Tal como outros, logo a seguir ao 25 de Abril de 1974 não conseguiu permanecer em Bristol, no Reino Unido, onde preparava o seu doutoramento, tendo regressado a Portugal. Antes, tinha sido Assistente do ISEG e trabalhado no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho.

E depois? Depois foi muita coisa: Ministro, negociador com o FMI, Governador do banco central, Director de um banco comercial, Deputado, Secretário Geral do Partido Socialista, Comissário de um grande evento cultural, Membro do Conselho de Estado e quase sempre Professor.

Sem menosprezar nenhum dos cargos que ocupou, em si mesmos tão reveladores das suas aptidões e capacidades, detenho-me em especial em alguns dos seus percursos, em certos desempenhos, pedaços de textos ou intervenções que o tempo não apagou, por vezes valorizou, nem sempre veio a confirmar, mas quase sempre mostrou serem dotados de uma enorme preocupação de rigor e coerência. São eles que conferem ao seu discurso um tom cauteloso, às vezes excessivamente preocupado, que sem perder o optimismo, nunca regateia o devido realce às dificuldades.

Tantas vezes obrigado a reflectir e gerir processos de mudança - de antes para depois de Abril, de fora para dentro da Comunidade Europeia, de um sistema bancário nacionalizado para a sua liberalização, das nacionalizações para as privatizações, na revisão Constitucional de 1989, da economia planificada para a economia de mercado, na Europa de Leste, do escudo para o euro - por feição e necessidade, Vítor Constâncio ancorou solidamente a sua intervenção no conhecimento crítico que dispunha ou tratou de obter para o efeito.

Em 1978, como Ministro das Finanças, negociou o Primeiro Programa de Estabilização com o FMI, que lhe coube também implementar. Portugal enfrentava então os problemas decorrentes da crise do petróleo do início dos anos setenta, da perda dos mercados privilegiados das antigas colónias, do regresso dos portugueses aí residentes, do considerável aumento dos salários que se seguiu à Revolução de Abril e de outras alterações na organização da actividade económica. A forma como desempenhou essa tarefa em condições políticas adversas, concertada com ajuda de outros e mesmo de todos nós, ficou no registo do FMI como um caso de sucesso, usado para comparações futuras. Um dos aspectos mais salientados foi, como o FMI reconheceu, o facto de “o ajustamento externo ter sido obtido, mantendo uma taxa de crescimento da economia acima da média ponderada da dos principais parceiros comerciais”.

A seguir, tratou da mudança para a Europa, presidindo, em 1979, à Comissão para a integração europeia. Não se tratava apenas de negociar, mas também de preparar as pessoas e as empresas para um novo ambiente de riscos e oportunidades.

A esse propósito, alertou os seus pares, em 1984, na Associação Portuguesa dos Economistas, para o carácter precário e falível das previsões sobre os efeitos económicos da integração. Lembrou e mostrou como “em poucas áreas da economia se têm verificado tantos erros de previsão e tantas divergências entre economistas, sem que isso tenha a ver, muitas vezes, com as escolas de pensamento a que pertencem”. A integração, referiu, “é um fenómeno que envolve demasiados factores, muitos deles extra-económicos”. Distanciou-se das análises estáticas que traçavam cenários negros sobre os efeitos da adesão, pelo facto de ignorarem os elementos dinâmicos. E criticou a análise das vantagens comparativas reveladas, que não realçava a importância do *upgrade* das exportações (cujo padrão, aliás, não devia ser congelado), particularmente de têxteis e de vestuário, *upgrade* necessário também à sua competitividade interna, considerando o desaparecimento das barreiras alfandegárias. O que se passou de então para cá mostrou que tinha razão, mesmo que as oportunidades que tão claramente identificou nem sempre tenham sido devidamente aproveitadas.

Vítor Constâncio pode ter então sobrevalorizado o peso das regras sobre o dos hábitos políticos e das práticas dos agentes económicos, que muito mais tarde ele tanto valorizaria, quando teve de ocupar-se das transições na Europa de leste, ao serviço do Banco Mundial.

Por exemplo, ao identificar como consequência possível da integração uma alteração significativa e profunda nos sistemas de protecção existentes em Portugal, com impacto na política de subsídios e incentivos ao investimento, por efeito da política comunitária da concorrência, talvez tenha exprimido, mais do que uma previsão, um “*wishful thinking*”, que a realidade deixou aquém do desejável, sem os ganhos que daí poderiam decorrer em termos de produtividade e racionalização das estruturas produtivas.

E se nos seus primeiros discursos sobre a integração Vítor Constâncio não atribuiu suficiente destaque à oportunidade que os fundos comunitários nos ofereciam para reforçarmos o investimento na formação e qualificação de recursos humanos, no âmbito do necessário planeamento estratégico de promoção nacional para um projecto com futuro, mais tarde, já como deputado à Assembleia de República, Vítor Constâncio reconheceu que era “indispensável uma nova concepção do desenvolvimento e da modernização baseada na valorização dos recursos humanos e dos recursos da inteligência, o que supunha novas políticas para a educação e formação profissional”

Quando em 1985 assumiu pela primeira vez o cargo de Governador do Banco de Portugal, acabávamos de cumprir o segundo Programa de Estabilização com o FMI e o panorama era de novo complicado, com uma taxa de crescimento negativo e a inflação a quase 30%. Particularmente difícil era a situação do sistema bancário. No seu discurso do tomada de posse, Vítor Constâncio comprometeu-se com a sua reestruturação, a par das reformas necessárias dos mercados monetário e cambial. De novo, competia-lhe gerir uma profunda mudança. Praticamente, iniciava-se a liberalização financeira, na perspectiva de adesão à CEE. Protegido da iniciativa

privada, pela lei de delimitação dos sectores de 1977, e da privatização, pelo princípio da irreversibilidade das nacionalizações, contido na Constituição da República de 1976, o acesso ao sector financeiro tinha sido objecto de uma relativa liberalização, em virtude revisão da lei de delimitação dos sectores, em 1983. A Banca privada deu então os seus primeiros passos e a inovação financeira veio a caracterizar o período que se seguiu, traduzida na “criação dos Bilhetes do Tesouro, na reanimação da Bolsa e no surgimento de novas instituições especializadas”. Em 1988, Vítor Constâncio previa a existência de condições de viabilidade das instituições de crédito portuguesas, no contexto de maior abertura exterior, apesar das reformas que era preciso ainda realizar. Foi neste período que se prepararam, provavelmente, algumas das condições que hoje nos permitem usufruir de um sistema bancário rentável, moderno, capitalizado, seja qual for o critério de comparação utilizado.

Em várias intervenções, particularmente na Associação Portuguesa de Bancos, no final da década de oitenta e na década de noventa, Vítor Constâncio alertou para as mudanças esperadas decorrentes da eliminação dos limites de crédito, como o aumento da concorrência pelos depósitos e pelos clientes, nomeadamente, em virtude da redução das margens de intermediação, ou seja, da diferença entre as taxas pagas pelos depósitos a prazo e as cobradas no crédito concedido.

Este efeito tornou-se particularmente visível a partir da segunda metade da década de noventa. Deixámos então de procurar um banco para sermos por ele procurados, de esperar pelo empréstimo para o obter “*just in time*”. A liberalização do sistema financeiro, a descida das taxas de juro e da inflação, o aumento do rendimento das famílias, a modernização do aparelho comercial, a diminuição do desemprego e um ambiente de expectativas favoráveis fizeram expandir o crédito ao consumo, tornando rapidamente devedores diferentes classes e extractos sociais. Sem mercado de arrendamento, o incentivo à compra de habitação tornou-se incontornável. Com valores de consumo distantes dos europeus, o desejo de aumentar o conforto da casa, do corpo e do espírito encontrou no crédito um fácil aliado.

Mas se racionalmente os portugueses aproveitaram a oportunidade, a percepção social dessa situação assumiu, por vezes, uma excessiva dramatização. Confundiuse endividamento com sobreendividamento, tomando todos os devedores como potenciais incumpridores. Laivos de diabolização do crédito, particularmente do crédito ao consumo, implicitamente considerado como o que só serve (ao vizinho) para comprar bens “supérfluos”, perpassaram o discurso do endividamento, reflectindo valores culturais tradicionais ainda muito interiorizados.

Embora ditas a outro propósito, em outro contexto e noutra tempo, faz aqui sentido relembrar as palavras que Vítor Constâncio proferiu na Assembleia da República, em 1978, quando era Ministro das Finanças do II Governo Constitucional: “Há [por vezes] uma inadaptação psicológica [dos portugueses] à nova estrutura de valores, que resulta de hábitos antigos e de não ser fácil compreender que há um preço a pagar pela nossa liberdade”, mesmo quando ela apenas se traduz nessa pequena liberdade de aceder ao crédito.

Contrariando um dramatismo exagerado, mas sem esquecer o risco que implica a democratização do crédito, no seu discurso de tomada de posse no Banco de Portugal, em 2000, Vítor Constâncio clarificou os números, mostrando que a taxa

de esforço, o verdadeiro indicador do risco, se mantinha afinal em níveis controláveis. Mas assumindo em pleno a função reguladora do Banco de Portugal, não deixou de alertar os bancos para a necessidade de serem mais selectivos e mais cuidadosos na transmissão de informação aos seus clientes. Reivindicou, então, para o Banco de Portugal um novo papel e uma nova função: “a da prestação de serviços à comunidade na informação, investigação e formação económica; a de fazer pedagogia na utilização dos serviços financeiros e promover as melhores práticas do sistema; a de esclarecer, sem criar um sentimento de irresponsabilidade”

Esse dever de informação do Banco de Portugal, para além de constituir um instrumento indispensável ao progresso da investigação económica e social (como muitos de nós sabemos e cuja falta tantas vezes lamentamos), preenche outra função de interesse público, que não tem sido suficientemente cuidada: a da certificação independente dos números, ora mal utilizados, ora geridos conforme as conveniências, confundindo os cidadãos e prejudicando a confiança nos políticos ou, pior do que isso, na política. Não é apenas a investigação que exige informação fiável. Não é apenas a comunicação social que necessita de informação transparente. Somos todos nós, cidadãos, que precisamos de informação credível, particularmente em domínios controversos.

Durante a década de oitenta, preparava-se na Europa uma nova mudança: a da moeda, com a sua carga económica, política e cultural.

Vítor Constâncio foi na altura fortemente crítico do reforço das exigências que a esse propósito a Comunidade impôs aos Estados-Membros em matéria de coordenação das políticas orçamentais, particularmente, “a imposição de limites rígidos à dimensão do défice para cada país”. Considerando a inflação na altura existente, temeu que esse objectivo prejudicasse a convergência real com a economia europeia e fosse demasiado exigente para o Estado, os agentes económicos e os cidadãos. Contestou vivamente o carácter exclusivamente técnico dos critérios exigidos para a União Monetária e defendeu que eles estavam lá por razões “essencialmente políticas” - porque a Alemanha os queria e sem Alemanha a União não era possível. Vítor Constâncio foi então muito cauteloso e admitiu com grande probabilidade que Portugal não fosse capaz de cumprir esses critérios, nem em 1999. As fortes dúvidas que manifestou nunca assentaram, porém, numa descrença sobre a bondade do objectivo final que se pretendia atingir. Representaram sobretudo uma divergência sobre a metodologia seleccionada. Assim, em 1993, em plena crise do SME, contestou a ideia de que ela era uma demonstração de que a “União Monetária não é possível ou, pelo menos, de que não é possível num horizonte visível “ e reafirmou que sem “União Monetária não haveria Mercado Único e sem Mercado Único pleno a Europa não teria condições de competitividade com o Japão e os EUA, no actual contexto da economia mundial”.

Quando em 2000 voltou a ser Governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio encontrou um país muito diferente. Nas entrelinhas do seu discurso perpassa algum surpresa, admito mesmo que pessoal, pela forma como Portugal conseguiu realizar a convergência nominal com os parceiros europeus, mesmo que algumas das dificuldades de ajustamento do défice que previra continuassem por resolver, exigindo, como lembrou, a redução da despesa pública e o aumento da competitividade, assente em mais iniciativa empresarial.

Não é fácil gerir os tempos de mudança. Vítor Constâncio sabe-o bem pelas funções que tem desempenhado. São tempos predispostos ao medo, e o medo torna-se às vezes maior na nossa cabeça do que nas estatísticas que retratam a realidade em que nos inserimos.

Entre os medos do fim do século XX esteve o próprio fim de século. E esteve também, na União Europeia, a perda das moedas nacionais. Finalmente, ambos ocorreram quase sem darmos conta. Vítor Constâncio desejou ao euro boa sorte e anteviu-lhe bom futuro, no início deste século. “Ninguém se iluda com a fraqueza recente do euro, pensando remetê-lo para a categoria de moedas fracas”, afirmou em 2000. “A prazo o euro ganhará importância e valor”.

Mas esta Europa, reforçada por uma moeda única, tão serenamente introduzida e potencialmente forte, parece de repente querer fechar-se “num refúgio securizante de identidade cultural”, esquecendo que é num “universalismo plural que melhor se salvaguarda a comunicação sem dominação e os direitos dos povos”, como Vítor Constâncio referiu em 1994. Uma parte da Europa parece assustada pelo medo da diferença. Já não entre o seu norte e o seu sul, como antes. Mas entre o seu oeste e o seu leste e entre todo o continente e os outros continentes, menos generosos na oferta de emprego, conhecimento, direitos e liberdades.

Em 1987, era então Secretário Geral do Partido Socialista, num discurso sobre a renovação programática do socialismo democrático, Vítor Constâncio escreveu: “vivemos hoje um período que requer inovação ideológica. As novas tecnologias e a internacionalização das economias conduzem a que o espaço nacional não seja mais suficiente para assegurar um nível adequado de regulação económica e social. Há ausência de coordenação, há ausência de liderança, há ausência de políticas que ponham ordem na economia mundial. São precisas instâncias de regulação a nível internacional. E se a Europa não marcar a sua posição neste processo, dificilmente ele vencerá fora dela”. Palavras avisadas para as quais ainda não foram encontradas as devidas respostas, apesar do mérito das iniciativas de Florença e de Berlim sobre “*Progressive Governance*” para o Século XXI, aliás, dificilmente repetíveis no actual contexto político europeu e americano.

Como já aqui mostrei, grande parte da carreira profissional de Vítor Constâncio foi feita na economia e para a economia. Como Ministro das Finanças, como Governador do Banco de Portugal, como director do Banco Português de Investimentos, como professor universitário. E no entanto, raramente esteve ausente do seu discurso a preocupação social, a importância das pessoas, a consciência do relativismo dos números e do carácter falível das previsões, a relevância das escolhas políticas. “A política social não pode ser um subproduto da política económica e financeira, a segurança social não pode ser apenas uma rede de protecção mínima”, defendeu em 1987. “Deve ser também um instrumento de promoção da qualidade de vida. Certas formas de auto-organização da sociedade são importantes, mas não suficientes para dispensar o papel do Estado e sua responsabilidade fundamental”. E acrescentou: “Está hoje em causa o nosso futuro e ele exige a nossa reflexão sobre o problema da guerra e da paz, do meio ambiente, da possível destruição da natureza e dos equilíbrios que lhe são fundamentais. Daí, a importância da ciência e da investigação nas sociedades modernas”.

No final da década de oitenta, quando as teorias neo-liberais faziam o seu caminho pelo mundo, o economista Vítor Constâncio, o técnico internacionalmente reconhecido, o dirigente do Banco de Portugal fazia assim jus à sua vertente personalista, aprendida ao mesmo tempo que a economia, quando presidia à JUC no ISCEF, quando lia Jacques Maritain e Emanuel Mounier, nas conversas com Francisco Pereira de Moura e Nuno Teotónio Pereira, quando com outros criou a cooperativa Pragma, como meio de contornar a repressão administrativa que o Estado Novo exercia sobre as associações culturais. Mas também à sua vertente socialista, aberta e criativa, que aprendeu com António Sérgio e Jean Jaurés, e misturou com Karl Popper e Albert Camus e provavelmente com tantos outros.

É esta mistura muito própria entre o técnico competente, o economista social e ambientalmente preocupado, o homem atento e culturalmente implicado, o cidadão militante e politicamente empenhado que faz a diferença de Vítor Constâncio e que esse espírito arguto e admirável que é o do Nuno Brederode dos Santos tão bem retratou em 1986.

“Sobre o Constâncio” afirmou, “o principal a referir é que a sua imagem pública é um enorme e espantoso equívoco. O equívoco nasce da constatação pública do grande economista [a imagem do super-macro-economista que teve uma carreira escolar brilhante e uma profissional que excedeu o ambicionável]. A partir dela, espera-se - com alguma legitimidade estatística - um senhor de gravata e pasta, que veste sombrio, vive de e para os números e só sonha com relatórios. Um homem cujo pulmão pede escritório, porque as vigílias só as pode afundar na colecção vampiro (da qual, aliás, nem sabe apreciar as coisas boas). Alguém que só está vivo no exercício da sua competência, para além da qual estão a emoção e a aventura - e esse muro não se salta vergado ao peso da respeitabilidade social.

Colaborando involuntariamente neste logro, Constâncio dá-se a ver ao país de gravata e pasta e, mais do que sombrio, veste-se de Governador do Banco de Portugal (...). São os indícios bastantes para consolidarem o mito do tecnocrata: competente até ao brilho, o mais deve ser cinzento, prosaico, indeciso (...).

Neste erro laborou até agora muita gente. E é filha dele a confiança com que tantos (...) aguardaram que recusasse a candidatura à liderança dos socialistas: um tecnocrata não troca a prestigiosa certeza da presidência do Banco Central por uma aventura política. Erro grave: por detrás da ilusão do Constâncio público estava a verdade do Vítor privado.

O que parecia um economista era afinal um intelectual que decidiu domar a economia. Um homem com uma sólida arquitectura de conhecimentos, recolhidos de quase toda a diáspora do pensamento e da cultura, surpreendentemente sistematizadas por uma profunda reflexão pessoal (...). Um espírito inquieto, curioso e ávido, que guarda saudades do teatro que fez, que não perde um filme importante (...) que devora os livros até à destruição material (cantos dobrados, anotações manuscritas nas margens, lombadas descoladas).

Senhor da técnica [que domina, logo não teme e usa], mas não tecnocrata. Nada nele há de cinzento, para além do fato. Nada nele há de prosaico ou indeciso. Sei que tem garra, tem sonho, tem inquietação (...).”.

Quando escreveu estas palavras, Nuno Brederode dos Santos não tinha ainda ouvido “Tristão e Isolda”, não tinha sido espectador de “Alice”, não tinha apreciado Bosh ou a retrospectiva de Pina Bausch. Faltavam oito anos para *Lisboa 94, Capital Europeia da Cultura*, que Vítor Constâncio se encarregou de organizar, sem remuneração, enchendo Lisboa (a cidade onde nasceu) de espectáculos para vários públicos. A encerrar a festa, antes que os 85 sinos estremecessem a Sétima Colina, lembrou que “a cultura não é uma soma de disciplinas. A cultura digna do homem supõe o poder operativo da razão aplicado aos grandes mistérios da condição humana e essa cultura não existe sem a dimensão da cultura científica e filosófica”, as quais, acrescento, são afinal a razão de ser do nosso ofício nesta Universidade.

Magnífico Reitor

Estão diante de vós o candidato Manuel Jacinto Nunes e o seu apresentante Vítor Manuel Ribeiro Constâncio. Ambos se distinguiram em funções onde o conhecimento e a inovação científica se juntaram à competência técnica e ao elevado prestígio profissional. Onde a ciência foi usada para ilustrar a política, para lhe dar conteúdo, para evitar que fosse feita ao sabor errático das circunstâncias. Ambos, ainda que de modo diferente, têm sido cidadãos activos, empenhados e atentos à sua cidade, ao seu país, à Europa e ao mundo. Por isso nos sentimos muito honrados por os termos hoje aqui.

Rogo, assim, Magnífico Reitor, a concessão do grau de Doutor pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra a Manuel Jacinto Nunes. Ele merece-o!